SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

N.º 02/2025

CONTRATO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MATERIAIS EM PVC E PP PARA ÁGUA E SANEAMENTO ATÉ AO VALOR DE 50.000,00 €

-----Em 07 de fevereiro de 2025, comigo, [REDACTED], Chefe de Divisão, nomeada oficial público por despacho da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, exarado em 20.10.2021 com o n.º 6782, registado nos SMAS na mesma data sob a entrada n.º E11306-202110-DIR, e depois de aprovada a minuta do contrato destinado ao **fornecimento contínuo de materiais em PVC e PP para água e saneamento**, por deliberação do Conselho de Administração dos SMAS TV tomada em sua reunião de 04.02.2025, na sequência do relatório n.º I00537-202501-SCP de 31.01.2025, ao abrigo de competências próprias, a cujo cumprimento se obrigam, os seguintes outorgantes:-----

-----**PRIMEIRA: Eng.ª Sandra de Oliveira Pedro**, contribuinte fiscal n.º [REDACTED], na qualidade de Diretora Delegada (em regime de substituição) dos **Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras**, pessoa coletiva n.º 680.015.973, seguidamente designados por SMAS, e em representação dos mesmos no uso de poderes delegados, ao abrigo do despacho n.º I05951-202410-DA de 21.10.2024. -----

-----E-----
-----**SEGUNDA: Maria Ana Mendes Ribeiro**, contribuinte fiscal n.º [REDACTED] que outorga na qualidade de gerente, em nome e representação da sociedade comercial denominada **Sanisitra, Unipessoal Lda.**, com o número único de matrícula e identificação de pessoa coletiva 516.058.070, com sede na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 215, 2710 - 418 Sintra, com o capital social de 5.000,00 €, conforme poderes de representação que por mim foram verificados através da consulta, efetuada em 06.02.2025, da certidão permanente com o código de acesso n.º [REDACTED], subscrita em 12.01.2022 e válida até 12.01.2026, que fica a fazer parte integrante do presente contrato. -----

-----É celebrado o presente contrato de aquisição de bens identificado em título que se regerá pelas cláusulas seguintes: -----

-----CLÁUSULA 1.ª-----

----- (OBJETO) -----

-----O presente contrato tem por objeto o **fornecimento contínuo de materiais em PVC e PP para água e saneamento**, cujo procedimento, efetuado por **Consulta Prévia n.º**

1

Assinada digitalmente por SANDRA DE OLIVEIRA PEDRO
Data: 2025.02.07 17:22:31 GMT

Assinada digitalmente por [Assinatura Qualificada] MARIA ANA MENDES RIBEIRO
Data: 2025.02.07 09:30:11 GMT

Assinada digitalmente por [REDACTED]
Data: 2025.02.07 22:35:20 GMT

PR/F.00002.2025, e após o cumprimento das respetivas formalidades legais, foi adjudicado por deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, tomada em sua reunião de 04.02.2025, na sequência do relatório n.º I00537-202501-SCP de 31.01.2025, ao abrigo de competências próprias, de acordo com a proposta apresentada pela representada do Segundo Outorgante através da plataforma eletrónica acinGov em 29.01.2025, com assinatura eletrónica nessa mesma data. -----

-----**CLÁUSULA 2.ª**-----

-----**(PRAZO DE EXECUÇÃO)**-----

-----De harmonia com a Cláusula 5.ª do Caderno de Encargos, o contrato tem um prazo de execução de 12 (doze) meses, iniciando a sua vigência no dia subsequente à data da última assinatura e respetiva publicação no portal dos contratos públicos.-----

-----**CLÁUSULA 3.ª**-----

-----**(PREÇO CONTRATUAL)**-----

-----O encargo máximo do presente contrato é de 61.500,00 € (sessenta e um mil e quinhentos euros), sendo **50.000,00 € (cinquenta mil euros)** referente ao valor da aquisição de bens e 15.000,00 € (quinze mil euros) relativo ao valor do IVA, cuja taxa atualmente é de 23%, de acordo com a proposta apresentada pela representada da Segunda Outorgante através da plataforma eletrónica acinGov em 29.01.2025, com assinatura eletrónica dessa mesma data, prevendo-se despende: -----

-----a) Em 2025, o valor total de 41.000,00 € (quarenta e um mil euros), sendo **33.333,33 € (trinta e três mil, trezentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos)** referente ao valor da aquisição de bens e 7.666,67 € (sete mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos) referente ao valor do IVA, cuja taxa atualmente em vigor é de 23%;-----

-----b) Em 2026, o valor total de 20.500,00 € (vinte mil e quinhentos euros), sendo **16.666,67 € (dezasseis mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos)** referente ao valor da aquisição de bens e 3.833,33 € (três mil, oitocentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos) referente ao valor do IVA, cuja taxa atualmente em vigor é de 23%; -----

-----**CLÁUSULA 4.ª**-----

-----**(DOTAÇÃO ORÇAMENTAL)**-----

-----1. A despesa a efetuar:-----

-----a) No corrente ano de 2025, tem cabimento orçamental no Orçamento da Despesa, Ano 2025 - na rubrica 02 01 01 – Matérias-primas e subsidiárias, e está devidamente comprometida com o número sequencial de compromisso n.º 16019, de 31.01.2025. -----

-----b) No ano de 2026, encontra-se prevista para ser inscrita no Orçamento da Despesa por declaração subscrita pela Sr.ª Presidente do Conselho de Administração, Eng.ª Laura

Rodrigues, datada de 22.01.2025, que se encontra anexa à informação n.º I00142-202501-IF-00017-SCP de 16.01.2025. -----

-----2. A assunção do compromisso plurianual da despesa identificada na Cláusula 3.ª, a efetuar no âmbito do presente contrato, não carece da autorização prévia prevista no artigo 6.º da LCPA, dado que, para os efeitos do disposto no n.º 5, tendo em conta o n.º 9 do artigo 58.º da LOE/2024, aprovada pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, de acordo com o teor da informação prestada em 02.05.2024 na entrada registada nestes SMAS com o n.º E05605-202404-DFP, o município de Torres Vedras, em 2023, beneficiou da exclusão a que se refere o preceito legal citado e que comunicou, em 26.04.2024, à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), a exclusão do âmbito de aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) por cumprir os limites de endividamento, pelo que, durante o ano de 2024, os Serviços Municipalizados de Torres Vedras, por inerência, ficam excluídos da aplicação da LCPA.-----

-----**CLÁUSULA 5.ª**-----

-----**(GESTORA DO CONTRATO)**-----

-----Para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, de harmonia com a deliberação do Conselho de Administração, tomada em sua reunião de 22.01.2025, na informação n.º I00142-202501-IF-00017-SCP, de 16.01.2025, a gestora do presente contrato é a [REDAZIDA], [REDAZIDA].-----

-----**CLÁUSULA 6.ª**-----

-----**(FORO COMPETENTE)**-----

-----Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa.-----

-----**CLÁUSULA 7.ª**-----

-----**(PREVALÊNCIA)**-----

-----1. Fazem parte integrante do presente contrato, o Caderno de Encargos e a proposta que foi apresentada pela representada do Segundo Outorgante em 29.01.2025.-----

-----2. Em caso de divergência prevalece em primeiro lugar, o Caderno de Encargos, a proposta que foi apresentada pela representada da Segunda Outorgante e em último lugar o texto do presente contrato.-----

-----**CLÁUSULA 8.ª**-----

-----**(LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)**-----

-----Na parte não especialmente prevista neste contrato e nos documentos nele referidos aplicam-se as normas constantes do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro.-----

-----Ficam ainda a fazer parte integrante do presente contrato os seguintes documentos, que se encontram disponibilizados e podem ser consultados **na plataforma eletrónica acinGov**: -----

- a) A declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, com assinatura digital qualificada em 29.01.2025, conforme o modelo do anexo I do Código dos Contratos Públicos;
- b) A declaração com assinatura digital qualificada em 05.02.2025, conforme o modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos; -----
- c) A declaração n.º [REDACTED], emitida em 03.02.2025, pelo Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social, comprovativa da situação contributiva regularizada, cuja verificação da autenticidade foi efetuada na Segurança Social Direta, em 06.02.2025; -----
- d) A certidão comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pelo Serviço de Finanças de Sintra-1 - [1562], em 17.01.2025, validada em 06.02.2025; -----
- e) Os documentos comprovativos em como a pessoa coletiva e a gerente da empresa não se encontram nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação:-----
 - i. Certificado do registo criminal relativo à gerente, [REDACTED], emitido pelo Balcão eletrónico, válido até 06.04.2025, cuja fidedignidade da informação foi confirmada em 06.02.2025, através de consulta efetuada em <https://registocriminal.justica.gov.pt>; -----
 - ii. Certificado do registo criminal relativo à pessoa coletiva **Sanisntra, Unipessoal Lda.**, emitido pelo Balcão eletrónico, válido até 06.04.2025, cuja fidedignidade da informação foi confirmada em 06.02.2025, através de consulta efetuada em <https://registocriminal.justica.gov.pt>; -----
- f) O comprovativo da submissão da declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), de 04.01.2024, com o código de acesso n.º [REDACTED], cuja consulta eletrónica foi efetuada em 06.02.2025, no sítio da internet do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. (IRN), que faz parte integrante da entrada registada nos SMAS com o n.º E14025-202410-SC, de 14.10.2024, a comprovar o cumprimento das obrigações declarativas e de retificação previstas na Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua atual redação.

-----O presente contrato, foi feito através de meios eletrónicos, pelo que vão assinar, comigo, pela ordem por que foram mencionados, na qualidade já referida. -----

Registado no livro próprio, sob o n.º 02/2025 Este ato deixou de estar sujeito a imposto de selo, de harmonia com o n.º 2 do artigo 99.º da Lei nº 3-B/2010 de 28 de abril que aprovou o Orçamento de Estado para 2010